

Agrupamento de Escolas do Tortosendo



Projecto Curricular de Agrupamento

2010/2011



**Criar uma mais forte
dinâmica de
aprendizagem para a
competência**

ÍNDICE

	Pág.
PREÂMBULO	4
1. PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO	5
2. PRIORIDADES EDUCATIVAS	7
3. ARQUITECTURA / ESTRUTURA CURRICULAR	9
3.1 Áreas Curriculares e Cargas Horárias	
Pré-Escolar	9
1º Ciclo	13
2º Ciclo	13
3º Ciclo	14
3.2 Orientações/Critérios de Formação de Grupos	
Educação Pré-Escolar	15
Ensino Básico 1º Ciclo	16
Ensino Básico 2º e 3º Ciclos	17
3.3 Critérios Gerais de Distribuição de Serviço	17
3.4 Plano Nacional de Leitura	21
3.5 Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos	22
3.6 Áreas Curriculares não Disciplinares	23
3.6.1 Área de Projecto	23
3.6.2 Estudo Acompanhado	25
3.6.3 Formação Cívica	27
4. OUTRAS OFERTAS CURRICULARES	29
4.1 P.C.A. Percursos Curriculares Alternativos	29
4.2 C.E.F. Cursos de Educação e Formação	30
5. ORGANIZAÇÃO / FUNCIONAMENTO DA ESCOLA	30
5.1 Calendário Escolar	30
5.2 Horário de Funcionamento	31
5.3 Distribuição de Turmas por sala	33
5.4 Atribuição de Cargos e Estudo Acompanhado	33
5.5 Ocupação de tempos escolares	33
5.6 Serviços Especializados de Educação Especial	35
5.6.1 Finalidades	35
5.6.2 Competências	35
5.6.3 Constituição	36

5.7 Alunos com Necessidades Educativas Especiais	36
5.7.1 Procedimentos de Referenciação e Avaliação	36
5.7.2 Processo de Avaliação	37
5.7.3 Elaboração do Programa Educativo Individual	37
5.8 Actividades de Apoio	37
5.9 Actividades de Enriquecimento Curricular	38
6. AVALIAÇÃO	39
6.1 Enquadramento legal	39
6.2 Princípios	39
6.3 Intervenientes na Avaliação	40
6.4 Processo Individual do Aluno. Elementos de Avaliação	40
6.5 Critérios de Avaliação	40
6.5.1 Critérios Gerais de Avaliação por Ciclo de Ensino	41
6.5.1.1 1º Ciclo	42
6.5.1.2 2º Ciclo	43
3º Ciclo	44
6.6 Modalidades	45
6.7 Efeitos da Avaliação	46
6.7.1 Efeitos da Avaliação Formativa	46
6.7.2 Efeitos da Avaliação Sumativa	46
6.8 Revisão dos Resultados da Avaliação	48
7. PROJECTOS CURRICULARES	49
7.1 Projectos Curriculares de Escola	49
7.2 Projectos Curriculares de Turma	50
7.2.1 Objectivos do P.C.T.	50
7.2.2 Estrutura do P.C.T.	51
7.2.2.1 1º Ciclo	51
7.2.2.2 2º e 3º Ciclos	52
7.2.3 Cronograma do P.C.T.	52
7.2.4 Avaliação da implementação do P.C.T.	52
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO	53
9. BIBLIOGRAFIA	54

PREÂMBULO

O Projecto Curricular de uma Escola/Agrupamento surge associado à ideia de que o currículo carece ser percepcionado numa concepção de projecto, visto ser algo aberto e dinâmico, que permite apropriações e adequações às realidades para que é proposto e onde vai ser vivido.

Corresponde, assim, à necessidade que o Agrupamento tem de responder à diversidade da população que o frequenta e parte da convicção de que uma escola de sucesso para todos passa pela reconstrução do currículo nacional, de modo a poder adaptar-se às características dos contextos, onde se vai efectivar.

É um instrumento de gestão pedagógica do Agrupamento, gerador de intervenção de melhor qualidade. Deverá fomentar uma cultura de reflexão e de análise dos processos de ensinar e de fazer aprender, bem como o trabalho cooperativo entre professores e outros elementos da comunidade educativa.

Define-se em função do Currículo Nacional e do Projecto Educativo do Agrupamento, partindo do nível de prioridades das competências essenciais em torno das quais deverá ser organizado, não descurando os conteúdos que deverão ser trabalhados em cada área curricular, tendo por referência uma análise vertical dos problemas. É também no PCA que se definem e operacionalizam critérios e estratégias de gestão de recursos humanos e materiais,

Tendo em atenção estes pressupostos e partindo da análise do nosso Projecto Educativo e da Identidade que nos caracteriza, elaborou-se o Projecto Curricular de Agrupamento, que se deseja o pilar da construção das aprendizagens que integram o currículo apropriado à população escolar que nos procura.

1. PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

1.1 Princípios e valores orientadores do currículo

A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica reporta-se aos pressupostos da Lei de Bases do Sistema Educativo, sustentando-se nos seguintes valores e princípios:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social;
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo;
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

1.2 Competências

À luz dos princípios e valores enunciados equacionaram-se as competências, concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade de vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

O Currículo Nacional consiste no conjunto de aprendizagens e competências referidas a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na lei de bases do Sistema Educativo para este nível de ensino. As orientações aí presentes definem ainda o conjunto de competências essenciais e estruturantes, o perfil de competências terminais do ensino básico, bem como os tipos de experiências educativas a que todos os alunos devem ter acesso.

O Projecto Curricular de Agrupamento constitui um documento definidor das estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada Escola/Agrupamento.

A concretização do Currículo Nacional e do Projecto Curricular de Agrupamento é feita através do Projecto Curricular de Turma, que os adequa ao contexto de cada turma. Este documento será concebido, implementado e avaliado pelo respectivo Conselho de Turma, devendo o Director de Turma assumir o papel de coordenador.

A orientação curricular nacional fundamenta-se em competências essenciais a desenvolver ao longo do ensino básico: gerais, transversais e específicas.

As Competências Gerais implicam um saber em acção a ser desenvolvido ao longo de todo o ensino básico e envolvem o desenvolvimento integrado de conhecimentos, capacidades e atitudes. À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;
- Usar adequadamente linguagens de diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;
- Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
- Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;
- Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas aos objectivos visados;
- Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
- Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões;
- Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa;
- Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns;
- Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal, promotora de saúde e da qualidade de vida.

As Competências Transversais definem-se como um aprender a aprender que possa conferir aos alunos maior autonomia na sua aprendizagem. Estas competências podem

subdividir-se nos seguintes campos: Métodos de Trabalho e de Estudo, Tratamento da Informação / Comunicação, Estratégias Cognitivas e Relacionamento Interpessoal e de Grupo.

Por fim, as Competências Específicas, que não deverão ser confundidas com objectivos mínimos, incluem os conteúdos próprios de cada disciplina assim como os modos de pensar e de fazer que lhe são característicos. Assim, cada Departamento e/ou Grupo Disciplinar define as competências para a(s) sua(s) disciplina(s), bem como, o contributo de cada disciplina para o desenvolvimento das competências gerais do Currículo Nacional e a transversalidade entre as competências específicas das suas disciplinas com as dos outros Departamentos e/ou Grupos Disciplinares.

1.3 Enquadramento do Projecto Curricular de Agrupamento

Este documento fundamental estrutura-se sob o Projecto Educativo do Agrupamento e instrumentos seguintes:

- Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro;
- Organização curricular e programas do Ensino Básico;
- Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de Agosto;
- Decreto-Lei nº 241/2001, de 30 de Agosto;
- Circular nº 5/GD/2001;
- Despacho Normativo nº1/2005, de 5 de Janeiro.
- Despacho Normativo nº 50/2005, de 9 de Novembro
- Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro
- Despacho nº 11120-B/2010, de 6 de Julho

Em suma o **Projecto Curricular de Agrupamento** constitui a matriz para os **Projectos Curriculares de Escola e de Turma**.

2. PRIORIDADES EDUCATIVAS

No Projecto Educativo do Agrupamento aprovado em reunião de Assembleia de Agrupamento de 15 de Julho de 2005 entende-se o **processo Ensino-Aprendizagem** sobretudo em três dimensões: **Instruir, Educar e Intervir** no meio. Face a estas três dimensões, privilegia-se, mais do que qualquer uma delas em particular, uma articulação consistente e sustentada entre instruir, educar e intervir. Assente o princípio que preconiza o equilíbrio e articulação entre as dimensões referidas, importa ainda salientar que o Plano de Acção Educativa contido no Projecto Educativo considera os pressupostos seguintes:

- A rápida evolução científica, tecnológica, social e cultural que caracteriza a actualidade, cabendo à Escola promover uma atitude permanente de investigação e predisposição para aprender. A Escola e a instrução / educação que ministra não se pode limitar à transmissão de modelos e verdades mas deve fundamentalmente desenvolver heuréticamente a autonomia intelectual do aluno levando-o a Aprender a Aprender e a internalizar processos de auto-formação;
- O processo de Ensino-Aprendizagem deve basear-se no desenvolvimento de competências e na orientação ajustada da actividade do aluno, que inclui a recepção e integração escolares de múltiplas fontes de informação e de convocação problemática que a sociedade contemporânea põe ao nosso dispor. Onde:
 - O aluno deve ter um papel essencialmente activo: observar, experimentar, analisar, comparar, relacionar, levantar hipóteses, argumentar, pesquisar, auto avaliar, etc.;
 - O professor deve criar situações académicas e reais, propor problemas académicos e utilizáveis, provocar desequilíbrios, fazer desafios aos alunos com orientação heurética.

O Projecto Curricular de Agrupamento é um instrumento de concretização do Projecto Educativo do Agrupamento e como tal deve ter por base aqueles princípios e pressupostos. Isto é, o PCA deve concretizar o Plano de Acção Educativa contido no Projecto Educativo. No essencial o PCA deve ter como lema **“Criar uma mais forte dinâmica de aprendizagem para a competência”**. Concretamente o PCA deve prioritariamente concretizar as metas previstas no Projecto Educativo do Agrupamento, nomeadamente:

- **Aumentar o sucesso escolar de qualidade e utilizável;**
- **Construir, reabilitar, revitalizar e/ou requalificar recursos físicos e adquirir e/ou manter recursos científico-pedagógico-didácticos;**
- **Criar identidade institucional e, integrar a divulgação (comunicação de dentro para fora e vice-versa) da sua acção e a estruturação de pontes com outros agentes de desenvolvimento como competências específicas a adquirir e a desenvolver por toda a comunidade educativa.**

Para implementação destas prioridades educativas devem ser considerados estratégias, processos e metodologias que considerem o princípio e os pressupostos referidos

anteriormente e todo o conjunto de Linhas Orientadoras de Acção constantes do Projecto Educativo.

3. ARQUITECTURA / ESTRUTURA CURRICULAR

3.1 Áreas Curriculares e Carga Horária Semanal

3.1.1 Pré-Escolar

Áreas de Conteúdo		
Formação Pessoal e Social	Expressão e Comunicação	Domínio das expressões: <ul style="list-style-type: none"> - Motora - Dramática - Plástica - Musical
		Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita
		Domínio da Matemática
	Conhecimento do Mundo	
Total: 25 horas semanais		

Atendendo a que as competências do Ensino Básico estão explicitadas num documento emanado do Ministério da Educação, “Currículo Nacional do Ensino Básico”, importa aqui definir horizontes de trabalho, muito em especial para a Educação Pré-escolar:

ÁREA DA FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

- Descobrir, conhecer e controlar progressivamente o próprio corpo, formando uma imagem positiva de si mesmo, valorizando a sua identidade sexual, as suas capacidades e limitações de acção e expressão, adquirindo hábitos básicos de saúde e de bem estar.
- Actuar de forma cada vez mais autónoma nas suas actividades habituais, adquirindo progressivamente segurança afectiva e emocional, desenvolvendo as suas capacidades de iniciativa e confiança em si mesmo.
- Utilizar a linguagem verbal de forma ajustada às diferentes situações de comunicação habitual, para compreender e ser compreendido pelos outros, expressar as suas ideias, sentimentos, experiências e desejos.
- Enriquecer e diversificar as suas possibilidades expressivas mediante a utilização dos recursos e meios ao seu alcance, assim como apreciar diferentes manifestações artísticas próprias da sua idade.
- Participar nos diferentes grupos com que se relaciona no decurso das diversas actividades, tomando progressivamente em consideração os outros.
- Conhecer e vivificar as normas e modos de comportamento social dos grupos a que pertence, de forma a estabelecer vínculos afectivos e equilibrados da relação interpessoal, identificando a diversidade de relações que mantém com os outros.
- Saber orientar-se e actuar autonomamente nos espaços quotidianos, sabendo utilizar adequadamente os termos básicos relativos à organização do tempo e espaço em relação às suas experiências periódicas habituais.

ÁREA DO CONHECIMENTO DO MUNDO

- Conhecer o meio envolvente onde se desenvolve a sua vida quotidiana.
- Observar os espaços habituais onde vive e compreender a organização do tempo e do espaço, de forma a poder ser autónoma nesses mesmos espaços.
- Observar as mudanças e transformações do meio ambiente, identificando alguns dos factos que influem sobre elas.
- Observar e compreender as necessidades e cuidados a ter com as plantas e animais – os seres vivos.
- Adquirir hábitos de ordem, limpeza e conservação do meio ambiente.
- Tomar consciência dos perigos presentes no meio ambiente em que a criança está inserida, adquirindo comportamentos que visem a prevenção de acidentes.
- Promover uma atitude crítica e participativa na observação e experimentação de algumas experiências vividas pela criança, valorizando desse modo uma atitude científica

ÁREA DA EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	
DOMÍNIO DAS EXPRESSÕES	
EXPRESSÃO MOTORA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e vivenciar formas de utilizar e sentir o corpo – trepar, correr e outras formas de locomoção, bem como deslizar, baloiçar, rodopiar etc. • Desenvolver a expressão motora global utilizando materiais e espaços próprios, sempre que possíveis. • Conhecer, interiorizar e vivificar o esquema corporal. • Favorecer uma adequada lateralização. • Desenvolver a coordenação e dinâmica geral. • Adquirir uma correcta percepção e estruturação espacial. • Desenvolver a motricidade fina relacionando-se com a utilização dos diferentes segmentos corporais – manipulando os diversos objectos do seu quotidiano. • Adquirir uma adequada organização e estruturação temporal.
EXPRESSÃO DRAMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Vivenciar situações de jogo simbólico através do corpo como forma de representar e de se apropriar de situações sociais. • Desenvolver a actividade dramática, descobrindo formas de representar através do corpo (mímica, representação de papéis, etc.). • Desenvolver actividades na área da expressão dramática utilizando vários recursos e materiais (fantoches, sombras chinesas, adereços, máscaras, etc.).
EXPRESSÃO PLÁSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver formas de expressão: pintura, desenho, digitinta,, rasgagem, modelagem, corte e colagem, diversificando as técnicas e os materiais potencializando a criatividade e a imaginação. • Desenvolver o espírito crítico e a sensibilidade estética, observando e falando sobre as suas produções e as dos outros. • Tomar contacto com diferentes formas de manifestação artística, conhecendo obras de pintores, escultores etc. • Conhecer e identificar as cores, dominando as cores básicas para formar outras.
EXPRESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar sons e ritmos • Identificar e produzir sons. • Identificar e produzir sons da natureza e da vida corrente.

MUSICAL	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar alguns instrumentos musicais • Desenvolver o gosto por cantar enriquecendo a produção de diferentes formas de ritmo. • Usar a dança como forma de ritmo produzido pelo corpo. • Desenvolver a sensibilidade estética no domínio musical, ouvindo vários tipos de sons e músicas.
DOMÍNIO DA LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM À ESCRITA	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a capacidade de comunicação oral expressiva. • Desenvolver a complexidade da construção frásica. • Contactar com códigos simbólicos: pictográficos da vida corrente e criação de símbolos próprios de identificação. • Contacto com diversos tipos de textos escritos (informativos, jornal, livros, etc.). • Desenvolver formas de interpretação como forma de “leitura” (gravuras, banda desenhada, fotografia, etc.). • Desenvolver a apropriação da especificidade do código escrito, contactando de forma lúdica com letras, números, palavras, frases etc.. • Reproduzir e inventar histórias. • Desenvolver a capacidade de escutar e saber intervir a seu tempo. • Aprender rimas, lengalengas, trava-línguas, poesias, adivinhas, canções. • Contactar com as novas tecnologias da informação e comunicação, desenvolvendo a atitude crítica – educação para os media – introdução ao código informático – visionamento de vídeos. • Desenvolver o gosto e o interesse pelo livro e pela palavra escrita 	
DOMÍNIO DA MATEMÁTICA	
<ul style="list-style-type: none"> • Manipular objectos aprendendo a diversidade das formas e as características dos objectos - seriar, classificar, agrupar de acordo com uma ou várias propriedades: tamanhos, formas, cores ou outros atributos. • Desenvolver noções de quantidade (grandeza, peso), de propriedades e relações entre objectos – agrupamentos tendo em conta semelhanças e diferenças. • Observar e tomar consciência do tempo – calendários, relógios, ampulhetas etc.. • Vivenciar e experimentar situações de deslocação no espaço, do próprio corpo e de objectos, verbalizando as acções através da representação gestual ou gráfica. • Tomar contacto, de forma lúdica, com medidas de capacidade (brincadeiras com água etc.). • Tomar contacto, de forma lúdica, com medições (altura dos meninos, etc.). • Desenvolver o conceito numérico. 	

3.1.2 Desenho Curricular - 1º Ciclo

Componentes do Currículo			Horas Semanais
Educação para a Cidadania	Lectiva	Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória	
		Língua Portuguesa.....	8
		Matemática.....	7
		Estudo do Meio.....	5
		Expressões: Artísticas Físico-motoras	5
	Extra Curricular	Formação pessoal e social	Áreas curriculares não disciplinares Área de Projecto Estudo Acompanhado Formação Cívica
		Total: 25 horas	
		Actividades de enriquecimento (a)	2 x 45 min / dia
		Apoio ao Estudo	2 x 45 min

a) As Actividades de Enriquecimento Curricular desenvolvem-se, de acordo com o Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio, no período desde o término das actividades lectivas até às 17H30. Compreendem actividades de Ensino ao Inglês, Ensino da Música e Actividades Física e Desportiva, e outras.

3.1.3 Desenho Curricular – 2º Ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (x90 min.)		
		5º ano	6º ano	Total
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares:			
	Línguas e Estudos Sociais			10,5
	Língua Portuguesa		1+1	
	Língua Estrangeira		1+0,5+0,5	
	História e Geografia de Portugal		0,5+0,5	
	Matemática e Ciências			7
	Matemática		1+1	
	Ciências da Natureza		1+0,5	
	Educação Artística e Tecnológica			6
	Educação Visual e Tecnológica		1+1	
	Educação Musical		1	
	Educação Física		1+0,5	3
Formação Pessoal e Social	Áreas curriculares não disciplinares			5,5
	Área de Projecto		1	
	Estudo Acompanhado		0,5+0,5	
	Formação Cívica		1	
	Total		16	32
	P.N.L.		0,5	1
Educação Moral e Religiosa		0,5	0,5	1
Total Global		17	17	34

3.1.4 Desenho Curricular - 3º Ciclo

Componentes do Currículo		Carga horária (x 90 min)				
		7º ano	8º ano	9º ano	Total	
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares:					
	Línguas e Estudos Sociais					
	Língua Portuguesa		1+1	1+1	1+1	6
	Língua Estrangeira					
	LE1		1+0,5	0,5+0,5	1+0,5	8
	LE2		1+0,5	1+0,5	0,5+0,5	
	Ciências Humanas e Sociais					
	História		0,5+0,5	1+0,5	1+0,5	7
	Geografia		0,5+0,5	1	1	
	Matemática		1+1	1+1	1+1	6
	Ciências Físicas e Naturais					
	Ciências Naturais		1+1 c)	1+1 c)	1+1 c)	6,5
	Físico-Química		1+1 c)	1+1 c)	1+1+0,5 c)	
	Educação Artística:					
	Educação Visual		1	1	1+0,5 b)	5,5
	Música		1 a)	1 a)		
Educação Tecnológica		1 a)	1 a)	1+0,5 b)		
Educação Física		1+0,5	1+0,5	1+0,5	4,5	
Formação Pessoal e Social	Áreas curriculares não disciplinares					
	Área de Projecto		1	0,5+0,5	0,5	7
	Estudo Acompanhado		0,5+0,5	0,5+0,5	0,5+0,5	
	Formação Cívica		0,5	0,5	0,5	
	Total		17	17	17	50,5
	T.I.C.		0,5		1	1,5
	Resolução de Problemas			0,5		0,5
	Educação Moral e Religiosa		0,5	0,5	0,5	1,5
Total Global		18	18	18,5	54	

- a) Os alunos terão, numa organização equitativa ao longo do ano, as disciplinas de Educação Musical e Educação Tecnológica
- b) Os alunos optarão por uma destas duas disciplinas
- c) As turmas de Físico-Química e Ciências Naturais desdobram num tempo de 90 minutos (Despacho nº 14026/2007, de 3 de Julho)

3.2 Orientações / Critérios de formação de grupos / turmas

Em relação à distribuição do serviço lectivo foram considerados os seguintes aspectos:

3.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

De acordo com o Despacho n.º 13170/2009, de 4 de Junho, na matrícula de crianças em Jardins de Infância integrados na rede pública, deve ser dada preferência às crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias.

Devem ser observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:

- 1º Crianças que completem os cinco anos de idade até 31 de Dezembro;
- 2º Crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, de acordo com o artigo 19º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro;
- 3º Crianças, filhas de pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4º da Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto;

Cumulativamente e como forma de desempate em situação de igualdade, devem ser observadas as seguintes prioridades:

- Crianças com irmãos a frequentarem o estabelecimento de ensino pretendido;
- Crianças cuja residência dos Pais ou Encarregados de Educação comprovadamente se situe na área de influência do estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na alínea b) do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro;
- Crianças cujos pais ou Encarregados de Educação desenvolvam a sua actividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na alínea b) do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro.

A inscrição de crianças que completem três anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro, é aceite, a título condicional, dando-se preferência às crianças mais velhas, sendo a respectiva frequência garantida caso exista vaga no estabelecimento de educação pretendido à data do início das actividades deste.

Constituição de turmas no ensino básico

No ensino básico, as orientações para constituição de turmas estão expressas no Despacho n. 14 026/2007, com as necessárias adaptações introduzidas pelo Despacho n.º 13170/2009, de 4 de Junho, decorrentes das medidas de organização do ano lectivo.

Indicam-se, seguidamente, alguns critérios mais específicos, a ter em conta na constituição de turmas deste Agrupamento.

3.2.2 ENSINO BÁSICO – 1º CICLO

De acordo com o Despacho n. 14 026/2007, com as necessárias adaptações introduzidas pelo Despacho nº 13170/2009, de 4 de Junho, no seu ponto 5.2, as turmas do 1º ciclo do ensino básico são constituídas por 24 alunos, não podendo ultrapassar esse limite. Nas escolas do 1º ciclo de lugar único que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 18 alunos (ponto 5.2.1.). As turmas do 1º ciclo do ensino básico, nas escolas com mais de dois anos de escolaridade são constituídas por 22 alunos (ponto 5.2.2.).

CrITÉRIOS para a constituição das turmas no 1º CEB

Seguir, sempre que possível, as propostas de formação indicadas pelos Professores Titulares de Turma e pelas Educadoras de Infância, de acordo com os critérios de natureza pedagógica, indicados no Projecto Curricular;

- Indicação clara, em actas do Departamento e informações dadas aos Coordenadores de Ciclo, dos alunos com necessidades educativas especiais. A lista dos alunos, nestas condições, deve ser entregue pelo professor do Ensino Especial;
- Indicação clara dos alunos NEE, informações dadas através das avaliações dos docentes do Pré-Escolar e professores do Ensino Especial;
- Respeito, sempre que possível, pelas opções constantes nos Boletins de Matrícula, que correspondem às manifestações dos Encarregados de Educação dos alunos;
- Continuidade do grupo de alunos, desde que não exista disposição contrária, para o ano lectivo seguinte;
- As turmas devem ser constituídas, sempre que possível, por alunos do mesmo ano de escolaridade;
- Os alunos mais velhos devem ser incluídos em turmas diversas, escolhendo, para estes alunos, o melhor ambiente para a sua integração e para o seu desenvolvimento;
- Os alunos retidos devem ser integrados em turmas do mesmo ano de escolaridade, de acordo com o ambiente proporcionador ao seu desenvolvimento;
- Cada turma não deve ter mais do que dois alunos com NEE de carácter permanente
- O número de alunos por turma deverá respeitar a Lei vigente;
- Deverá existir, sempre que possível, equilíbrio entre alunos do sexo masculino e feminino;

- Devem ser respeitadas as normas constantes dos normativos legais, nomeadamente o Despacho n.º 14 026/2007, de 3 de Julho;
- Na formação das turmas do 1º ano dar continuidade, sempre que possível, ao grupo vindo do pré-escolar.

A constituição de turmas no primeiro ciclo observará ainda os seguintes critérios:

- Acompanhamento do grupo, pelo mesmo docente, sempre que possível;
- Não juntar no grupo da turma, mais do que dois anos de escolaridade, salvo em situações fundamentadas.

3.2.3 ENSINO BÁSICO – 2º e 3º CICLOS (gerais)

- . Os alunos no quinto ano devem ser todos divididos, mantendo os pequenos grupos até seis alunos por escola. Se houver sinalização de alunos por mau comportamento, deverão ser separados, independentemente do número de alunos da escola.
- . Os alunos referenciados deverão ser divididos pelas turmas. O resto da constituição da turma será feito com a divisão dos alunos repetentes pelas turmas e de acordo com a opinião dos professores das turmas de quarto ano, tendo presente as idades e o sexo.
- O número de alunos / turma deve obedecer aos parâmetros legalmente estabelecidos;
- Respeitar o nível etário dos alunos;
- Equilíbrio numérico de sexos;
- Desde que não exista indicação em contrário, manter a constituição de turmas do ano anterior;
- Alunos retidos devem ser distribuídos pelas turmas do mesmo nível etário ou nível mais próximo;
- Alunos de várias etnias devem distribuir-se, em pequenos grupos, pelas várias turmas;
- Alunos inscritos numa língua estrangeira, se em número insuficiente para constituir uma turma, juntam-se com os de outra língua estrangeira na mesma turma, que funcionará em desdobramento nesta disciplina.

3.3 Critérios Gerais de Distribuição de Serviço

A distribuição do serviço docente é da competência do Director, seguindo as orientações legais e o referido no Projecto Educativo. Durante os meses de Julho a Setembro um grupo de trabalho nomeado pela direcção executiva, com a ajuda de um programa informático, elabora os horários das turmas e dos docentes.

Todos os docentes têm 35 horas semanais (excepto os horários incompletos) assim distribuídas:

Componente lectiva + art⁰ 79 de ECD — 22 Horas (2º/3º Ciclos/Ed. Especial)
— 25 Horas no Pré-escolar e no 1º Ciclo

Componente Não Lectiva (CNL) - 13 Horas (2º e 3º Ciclos/ Ed. Especial)
10 Horas (Pré-escolar/1º Ciclo)

- Trabalho de Estabelecimento (TE) - 2 Horas (1º, 2º e 3º Ciclos/Ed. Especial)

1 Hora (Pré-Escolar)

- Reuniões — 3 Horas (2º e 3º Ciclos / Ed. Especial)
2 Horas (Pré-Escolar, 1º Ciclo)

- Componente Individual — 8 Horas (2º e 3º Ciclos / Ed. Especial)
6 Horas (1º Ciclo)
7 Horas (Pré-escolar)

Nos horários dos docentes de 2º/3º Ciclos foram também marcados os tempos de compensação lectiva determinados pelo Despacho nº 19117/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 11120-B/2010, de 6 de Julho (TOA). No horário dos docentes que leccionam as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Línguas Estrangeiras, estes tempos são destinados a Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido. Nos restantes horários são atribuídos a actividades diversas de acordo com o Plano de Ocupação dos Alunos.

Os tempos resultantes da redução da componente lectiva prevista no art⁰ 79º do ECD, são atribuídos às diversas Coordenações.

A Componente Não Lectiva de Estabelecimento destina-se às seguintes actividades educativas:

- Acompanhamento de alunos por ausência de professor;
- Apoio a alunos com NEE e a alunos com APA;
- Salas de Estudo dirigida a todos os alunos;
- Dinamização da Sala do Aluno;
- Actividades na BE/CRE;
- Dinamização de actividades TIC;
- Clubes (Artes, Leitura, Desporto Escolar, Matemática on-line, etc).

As Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo são implementadas em parceria com a Câmara Municipal. No presente ano lectivo todos os alunos do Agrupamento podem

frequentar, desde que inscritos: Ensino do Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música ou outras.

As horas de estabelecimento são destinadas à Supervisão Pedagógica, no Pré-escolar, e ainda no Apoio ao Estudo e Supervisão Pedagógica das A.E.C. no 1º Ciclo. Nas situações de ausência imprevista de docentes, os alunos são distribuídos pelas restantes turmas da respectiva escola, dado o Agrupamento não dispor de recursos humanos excedentes. Se a ausência for antecipadamente prevista, a Adjunta do Director tentará que os docentes sem componente lectiva e com horas para apoio educativo substituam os docentes em falta, e se tal não for possível, substituirá o docente em falta enquanto se aguarda a colocação de novo docente ou o retorno do docente titular.

Um aspecto importante a ter em conta na distribuição do serviço docente é a necessidade de limitação do número de turmas com que cada professor trabalha. Por razões óbvias, um professor não deverá ter mais do que 6 turmas e só em situações excepcionais poderá ter 7. A componente lectiva do horário de trabalho inclui a leccionação de uma disciplina (ou de duas, nalguns casos) num certo número de turmas e pode incluir a direcção de turma e a responsabilidade de uma ou mais áreas não disciplinares numa ou nalgumas dessas turmas e, ainda, no âmbito da gestão dos créditos horários da escola, o desempenho de cargos e a orientação de actividades de enriquecimento curricular.

Um princípio importante a ter em conta será o da constituição, sempre que possível, de equipas educativas, isto é, grupos de professores das diversas áreas e disciplinas a quem são atribuídas, aproximadamente, as mesmas turmas. Esta orientação tem em vista facilitar o trabalho cooperativo ao nível dos Conselhos de Turma.

A distribuição do serviço lectivo deve ter como princípio orientador a qualidade do ensino e os legítimos interesses dos alunos, competindo ao Conselho Pedagógico a definição dos critérios a que a mesma se há-de subordinar.

A escolha dos níveis e das turmas pelos diversos docentes, usando uma ordenação decrescente de tempo de serviço, não configura qualquer critério de qualidade de ensino e de legítimo interesse dos alunos.

Sem prejuízo da competência acima referida, o serviço lectivo deve ser distribuído, tendo em consideração alguns princípios gerais:

- garantir, em cada turma, ano, grau e tipo de ensino, um número equilibrado de professores profissionalizados, preferencialmente do quadro da escola;

- possibilitar a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade, desde que não existam objecções por parte do conselho pedagógico ou do órgão de gestão;
- possibilitar a consecução das várias modalidades de apoio pedagógico ou a realização de actividades de enriquecimento curricular;.

Nos 7.º e 8.º anos, as turmas são desdobradas em dois turnos para que metade dos alunos trabalhe em Educação Tecnológica e a outra metade na disciplina de Música (trocando depois, numa organização equitativa ao longo do ano), mas em cada uma delas a leccionação do turno respectivo estará a cargo de um único professor.

No conjunto das duas disciplinas da área das Ciências Físicas e Naturais, a turma será desdobrada no tempo correspondente a um bloco de 90 minutos por ano de escolaridade (isto é, 0,5 bloco de cada uma das disciplinas).

Nos 5º e 6º anos, as turmas na disciplina de Ciências da Natureza, no tempo correspondente a um bloco de noventa e quarenta e cinco minutos respectivamente, desdobrarão de modo a permitir a realização de trabalho experimental. Devido ao facto de não haver disciplina curricular a desdobrar em conjunto com Ciências da Natureza, criar-se-á uma disciplina não curricular de Estudo para encaminhar o grupo de alunos livre de actividade lectiva.

A utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação integra o currículo em todos os ciclos, assumindo igualmente uma natureza transversal. Sem prejuízo desta perspectiva, as áreas de Estudo Acompanhado e de Projecto deverão ser espaços privilegiados para o desenvolvimento do trabalho com estas tecnologias, orientado simultaneamente para a formação básica dos alunos e para o apoio a todas as áreas e disciplinas do currículo, em cujas competências essenciais deve ter expressão.

Considerando que um número significativo de alunos chega à EB 2/3 com pouca ou nenhuma formação básica nas tecnologias de informação e comunicação decidiu-se integrar como oferta de escola no 7º ano do 3º ciclo, a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Com esta oferta de escola pretende-se iniciar aos alunos uma formação básica nesta área e contribuir de um modo fundamental para a garantia do princípio de democraticidade no acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, tirando partido da revolução profunda no mundo da comunicação operada pela digitalização da informação, pelo aparecimento do multimédia e pela difusão das redes telemáticas.

Simultaneamente, esta área de oferta da escola poderá funcionar como outro espaço privilegiado para o desenvolvimento de trabalhos com estas tecnologias, dando apoio às restantes áreas e disciplinas do currículo.

A disciplina utilizará meio bloco de 90 minutos, numa base semanal.

Esta disciplina é discutida, planificada e gerida em conselho de turma, sendo a sua operacionalização da responsabilidade do professor que a lecciona.

Face à determinação ministerial de orientar no ano lectivo de 2007/2008 e seguintes, a Área de Projecto do 8º ano, nas Tecnologias de Informação e Comunicação (Despacho nº 16149/2007, de 25 de Julho), decidiu-se atribuir o meio bloco à Matemática, com a criação de uma nova disciplina de Resolução de Problemas.

A avaliação sumativa destas disciplinas de oferta de escola, no final dos períodos lectivos, expressa-se de forma descritiva, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa (*não satisfaz, satisfaz, satisfaz bem*). Compete ao conselho de turma proceder à avaliação sumativa mediante proposta dos professores que leccionam estas disciplinas.

3.4 Plano Nacional de Leitura

O Plano Nacional de Leitura ao qual o Agrupamento de Escolas de Tortosendo aderiu, tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus.

Concretiza-se num conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar.

De acordo com as orientações do PNL, os programas de incentivo e promoção da leitura contemplam, para além de acções desenvolvidas nas/com as bibliotecas escolares (EB2/3 e Largo da Feira), a inserção de tempos próprios na planificação das actividades lectivas, a saber:

- no pré escolar: momentos de leitura diária, jogos e outras actividades lúdicas de contacto com livros;
- no 1º ciclo: uma hora diária dedicada à leitura e à escrita, centrada em livros ajustados aos interesses e níveis de competência linguística dos alunos;
- nos 2º e 3º ciclos um tempo lectivo (45m) semanal nas aulas de Língua Portuguesa.

No ano lectivo de 2010/11, nos 5º e 6º anos, continua-se a integrar como oferta de escola a “disciplina” de P.N.L., a qual utilizará um tempo lectivo de 45 minutos, numa base semanal.

Sempre que possível deverão ser inseridos na programação das aulas de outras áreas curriculares momentos dedicados a actividades de leitura e escrita e ao contacto com livros ajustados aos diferentes níveis de competência linguística dos alunos.

3.5 Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos

As Bibliotecas Escolares/Centro de Recursos Educativos (**BECRE**) são estruturas essenciais ao desenvolvimento da missão das escolas, constituídas por um conjunto de recursos materiais (instalações, equipamento), humanos (professores, funcionários) e de suportes de informação (impressos, audiovisuais e informáticos), organizados de modo a facilitar a sua utilização pela Comunidade Escolar.

A BECRE da E.B 2/3 e a BE/CRE da EB1 Largo da Feira constituem-se como núcleos da organização pedagógica das escolas, vocacionadas para as actividades culturais e para a informação, e um instrumento essencial no desenvolvimento do currículo escolar, afecto às actividades de ensino e actividades curriculares não lectivas, e também à ocupação dos tempos livres e de lazer.

Dos seus objectivos destacam-se:

- a) Apoiar e promover os objectivos educativos delineados de acordo com as finalidades do agrupamento.
- b) Participar no desenvolvimento global e na formação dos alunos.
- c) Dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos.
- d) Estimular nos alunos o prazer de ler, a curiosidade e o interesse pela cultura.
- e) Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, tais como: seleccionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, à solicitação do professor ou de sua própria iniciativa; produzir sínteses informativas em diferentes suportes.
- f) Facultar recursos aos professores para planificarem as suas actividades de ensino e diversificarem as situações de aprendizagem.
- g) Adaptar a escola aos novos desafios colocados pela Sociedade do Conhecimento, dotando-a de um espaço onde podem ser acedidos equipamentos e recursos documentais característicos do novo paradigma – o paradigma digital.
- h) Associar a leitura, os livros e a frequência da biblioteca à ocupação lúdica e cultural dos tempos livres.

3.6 Áreas Curriculares não Disciplinares

A Área de Projecto, o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica são áreas do currículo de natureza transversal e integradora.

Face à inexistência de programas para estas áreas, entendeu-se necessário fornecer aos professores um conjunto de orientações que constituam uma referência para o trabalho a desenvolver.

O Conselho de Turma, como responsável por tudo o que se relaciona com os alunos da turma, desempenha um importante papel no desenvolvimento das actividades a realizar, adequando aquelas orientações ao perfil de cada turma e às características dos seus alunos.

Com a publicação do Despacho nº 19308/2008, de 21 de Junho deve ter-se em atenção quer a distribuição do serviço docente nas áreas curriculares disciplinares, bem como a identificação de algumas das actividades a desenvolver no âmbito das Actividades Curriculares Não Disciplinares.

3.6.1 Área de Projecto

A Área de Projecto visa a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas disciplinares em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos.

A adopção de uma perspectiva interdisciplinar ou transversal permitirá:

- promover a consecução de objectivos transversais comuns a diversas disciplinas;
- aprofundar conteúdos de várias disciplinas e dar-lhes uma dimensão prática;
- recorrer a métodos de diversas disciplinas.

Ao longo do ensino básico, em Área de Projecto e em Formação Cívica devem ser desenvolvidas competências nos seguintes domínios:

a) Educação para a saúde e sexualidade, de acordo com as orientações dos despachos nºs 25995/2005, de 28 de Novembro, e 2506/2007, de 23 de Janeiro, bem como da Portaria nº 196-A/2010, que regulamenta a Lei nº 60/2009, de 6 de Agosto;

b) Educação ambiental;

- c) Educação para o consumo;
- d) Educação para a sustentabilidade;
- e) Conhecimento do mundo do trabalho e das profissões e educação para o empreendedorismo;
- f) Educação para os direitos humanos;
- g) Educação para a igualdade de oportunidades;
- h) Educação para a solidariedade;
- i) Educação rodoviária;
- j) Educação para os media;
- k) Dimensão europeia da educação

As actividades a desenvolver, no âmbito da Área de Projecto, devem contribuir, ainda, para:

- desenvolver capacidades e competências transversais e disciplinares, nomeadamente a autonomia, o espírito de iniciativa, a capacidade de organização, a capacidade de resolver problemas, o raciocínio, as capacidades de comunicação e expressão, o espírito crítico e a criatividade;
- reflectir sobre valores e atitudes, designadamente os princípios universais de tolerância, de solidariedade, de cooperação e de respeito pelos outros; o sentido de persistência e a sensibilidade estética;
- educar para a cidadania, nomeadamente nas vertentes da educação para a saúde, da educação sexual e da educação ambiental.

No Trabalho de Projecto deve ser favorecido o trabalho de grupo, bem como a utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Cada grupo deve elaborar um diário do trabalho desenvolvido e fazer regularmente a sua auto avaliação, através de grelhas ou de pequenos registos individuais.

As alterações ao plano inicial devem ser registadas e fundamentadas. Para cada turma deve ser elaborado um dossier de todo o processo, disponível a toda a comunidade escolar.

É importante salientar que o Conselho de Turma desempenha um importante papel no desenvolvimento das actividades desta área, nomeadamente na tomada de decisões, planificação, acompanhamento e avaliação do(s) projecto(s) interdisciplinar(es).

É necessário estabelecer uma relação de parceria entre os docentes da Área de Projecto e os professores das áreas que dão um contributo para a concretização do Projecto Interdisciplinar, para que se procure o melhor nível de articulação de saberes. Face ao tema/problema seleccionado, importa identificar as fontes que permitem abordá-lo e verificar quais os saberes que são necessários mobilizar para a concretização do projecto.

Os resultados e a eficácia do trabalho a realizar nesta área dependem de uma forte interacção entre os docentes da Área de Projecto, os quais têm um papel fundamental, não só como coordenadores e dinamizadores das várias etapas do percurso a desenvolver nesta área, mas também como intermediários de um conjunto de aprendizagens definidas pelo Conselho de Turma.

A avaliação desta área, no final dos períodos lectivos, expressa-se de forma descritiva, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa – não satisfaz, satisfaz, satisfaz bem –, e utiliza elementos provenientes das diversas disciplinas e áreas curriculares.

3.6.2 Estudo Acompanhado

É uma área que visa promover a aquisição, pelos alunos, de métodos de estudo e de trabalho que lhes permitam realizar, com crescente autonomia, a sua aprendizagem e desenvolver a capacidade de aprender a aprender.

O Estudo Acompanhado é o instrumento privilegiado para o sucesso escolar sustentado e de qualidade na medida em que deve permitir a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho que proporcionem o desenvolvimento de competências de autonomia na realização das aprendizagens e a mobilização de saberes para a resolução de situações problemáticas. As metodologias e tecnologias mais adequadas são, entre outras, os Mapas Conceptuais que permitem, em qualquer área disciplinar, identificar para cada tema, conteúdo e aplicação os essenciais e estabelecer sentido e significação entre eles e aplicações;

Esta área curricular é discutida, planificada e gerida em Conselho de Turma, sendo a sua operacionalização da responsabilidade de um docente ou de dois docentes, os quais constituem um par pedagógico e trabalham em regime de co-docência. Será desejável

que, no caso de co-docência, os professores a leccionar esta área curricular não disciplinar sejam de áreas disciplinares diferentes.

As actividades a desenvolver no âmbito da Área de Estudo Acompanhado devem contribuir para:

- Ajudar o aluno na identificação e análise de estratégias de estudo em função das suas características individuais;
- Desenvolver competências de consulta e utilização de diversas fontes de informação;
- Estimular no aluno a capacidade de reconhecer as suas motivações e interesses e de concretizá-las em actividades;
- Orientar os alunos na auto-avaliação relativamente à eficácia das estratégias de estudo.

A Área de Estudo Acompanhado não é uma extensão das aulas das diversas disciplinas nem um espaço de compensação educativa, devendo antes orientar-se pelos seguintes pressupostos:

- desenvolvimento de actividades de planificação do tempo de estudo, competências de leitura e de escrita, resolução de problemas, domínio de técnicas específicas, elaboração de apontamentos, preparação para testes, implementação de actividades;
- assunção do professor como observador do aluno e como mediador entre os outros professores da turma e os alunos;
- promoção junto do aluno da capacidade de definir objectivos pessoais de aprendizagem, levando-o a um melhor conhecimento de si próprio;
- desenvolvimento de estratégias de estudo que possibilitem a aquisição de um conjunto de ferramentas de aprendizagem;
- adequação das práticas às necessidades dos alunos de forma a superar dificuldades de aprendizagem ou possibilitar actividades de enriquecimento.

Estes pressupostos implicam uma reflexão permanente a desenvolver numa rede de relações pedagógicas a vários níveis, entre os diferentes intervenientes no processo (professor ou par pedagógico / conselho de turma / aluno / professor da disciplina).

O desenvolvimento de estratégias de estudo não deverá ser imputado em exclusivo a esta nova área curricular, sendo clara a necessidade de manter e desenvolver competências específicas em cada disciplina nas respectivas aulas.

Para o ano lectivo de 2010/2011 foi decidido que as horas de Estudo Acompanhado sejam destinadas, sempre que possível, para a Matemática e Língua Portuguesa. Assim, sempre que possível, deve no 2º ciclo um dos docentes ser professor de Matemática e o outro professor de Língua Portuguesa. No 3º ciclo foi decidido que meio bloco seja atribuído a um docente de Matemática e o outro meio a um professor de Língua Portuguesa.

A avaliação desta área, no final dos períodos lectivos, expressa-se de forma descritiva, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa – não satisfaz, satisfaz, satisfaz bem – tendo como referência a evolução do aluno a partir da situação diagnosticada. Trata-se de um processo que envolve a auto e hetero-avaliação, de acordo com os instrumentos concebidos pela Escola e em diálogo com os alunos, podendo recorrer-se a diversas técnicas de avaliação.

3.6.3 Formação Cívica

É um espaço de diálogo e reflexão sobre experiências vividas e preocupações sentidas pelos alunos, assim como sobre temas e problemas relevantes da comunidade e da sociedade. O seu objectivo central é o de contribuir para a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos.

A Formação Cívica é o espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, no sentido da formação da consciência social e da interiorização do respeito pelos deveres e direitos fundamentais e regulamentares como âncoras para cidadãos, que por um lado, percebem dinâmicas e necessidades de grupo e sociais em contexto e, por outro lado, actuantes com legitimidade, responsabilidade e respeito pelos outros.

Esta área curricular é discutida, planificada e gerida em conselho de turma, sendo a sua operacionalização da responsabilidade do Director de Turma.

As actividades a desenvolver no âmbito da área da Formação Cívica devem contribuir para:

- Desenvolver competências necessárias ao exercício da cidadania;
- Desenvolver nos alunos atitudes de auto-estima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação de cidadãos tolerantes, autónomos, participativos e civicamente responsáveis;
- Promover valores de tolerância, solidariedade e respeito pelos outros;
- Estimular a participação activa dos alunos na escola e na sociedade;

- Proporcionar aos alunos momentos de reflexão sobre a vida da escola e os princípios democráticos que regem o seu funcionamento.

Todos os momentos são propícios à reflexão sobre a educação para a cidadania, nas aulas e fora delas, na participação da organização da vida escolar, no estudo, nas actividades desportivas, nos tempos livres, no convívio e nas regras que o orientam. Assim a cidadania exerce-se na participação, na cooperação, na tomada de decisão e na expressão de opinião com liberdade e responsabilidade.

Nesta área devem ser promovidas situações de aprendizagem que integrem dimensões da vida individual e colectiva, bem como conhecimentos fundamentais para compreender a sociedade e as suas instituições.

Também deve ser promovida a aquisição de competências, individualmente e em grupo, para a construção de um projecto de vida saudável nas vertentes física, psíquica e social.

Esta componente curricular não é da responsabilidade de um professor ou de uma disciplina, mas sim de todas as disciplinas e áreas do currículo, visto abarcar todos os saberes e abranger todas as situações vividas na Escola e na sociedade.

No entanto, de modo a favorecer o desenvolvimento desta área, existe um tempo semanal no horário dos alunos e do Director de Turma, destinado à informação, sistematização e aprofundamento dos assuntos abordados noutras disciplinas ou de temas específicos apresentados pelos alunos.

O funcionamento deste espaço pode recorrer, entre outras, à metodologia de assembleia de turma com vista a promover uma reflexão mais activa e mais participada por parte dos alunos.

A avaliação desta área, no final dos períodos lectivos, expressa-se de forma descritiva, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa – não satisfaz, satisfaz, satisfaz bem – baseada na auto-reflexão, no conhecimento que o aluno tem de si próprio e da sua evolução. Este tipo de reflexão deve ser orientado pelo Director de Turma, podendo o mesmo recolher contributos dos professores das áreas disciplinares/disciplinas, no sentido de validar a evolução dos alunos.

4. OUTRAS OFERTAS CURRICULARES

4.1 P. C. A. – Percursos Curriculares Alternativos

No sentido de proporcionar a um determinado grupo de alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade com dificuldades de aprendizagem, alguns deles anteriormente sinalizados como alunos com Necessidades Educativas Especiais e que à luz da nova Classificação Internacional de Funcionalidade deixaram de ser assim classificados, decidiu-se oferecer, em 2008/09, no 2º ciclo, duas turmas de P.C.A. na área da Informática. Esta área foi seleccionada tendo por base a preferência manifestada pelos alunos em testes psicotécnicos realizados pela Psicóloga desta escola. No final do ano lectivo todos alunos do P.C.A. de 5º ano transitaram, constituindo-se no ano lectivo de 2009/10 uma turma de 6º ano desta oferta curricular.

Pelo facto de quase todos os alunos que, no ano lectivo de 2009/10 concluíram o 6º ano da turma de Percursos Curriculares Alternativos, não terem idade que lhes permitisse integrar um Curso de Educação e Formação, foi decidido candidatar uma turma de 7º ano a Percurso Curricular Alternativo, tendo sido superiormente aprovada.

4.1.1 Plano Curricular (7º Ano)

Tipo de Formação	Disciplinas/Áreas Disciplinares	Carga Horária (X90 min.)
Escolar	Língua Portuguesa	3
	Matemática	3
	Inglês	2
	Francês	1
	História	1,5
	Ciências Naturais	1,5
	Físico-Química	1,5
	Educação Física	1,5
	Geografia	1,5
	Formação Cívica	0,5
Artística, Vocacional	Madeiras /Jardinagem	2,5
	Informática	1

4.2 C.E.F. - Curso de Educação e Formação

A fim de proporcionar condições de progressão a alguns alunos vindos do 6º ano do P.C.A., e a outros que o desejassem, decidiu-se apresentar no ano lectivo de 2010/11 a oferta formativa de dois Cursos de Educação e Formação, CEF – Madeiras e CEF – Operador de Informática, ambos de nível 2, Tipo 2.

Com a oferta destes cursos (CEF – Operador de Informática, nível 2, Tipo 2 e CEF – Madeiras, nível 2, Tipo 2), pretendeu-se diversificar a oferta formativa da Escola, adequando-a aos recursos humanos e materiais existentes e às necessidades e expectativas de alunos com características comuns e específicas: insucesso escolar (por não encontrarem no ensino regular respostas de formação adequadas) e perspectivas de abandono a prazo. A frequência destes cursos possibilitará a conclusão da escolaridade obrigatória e a integração no mercado de trabalho. É nesta vertente de formação que mais visíveis são os contributos do exterior, quer em termos de recursos financeiros, quer em termos de recursos humanos (formação e estágios em instituições locais). Porém, apesar de toda a publicidade dada a esses cursos, não surgiram candidatos em número suficiente para a abertura dos mesmos.

5. ORGANIZAÇÃO / FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

5.1 Calendário Escolar

O Calendário Escolar é determinado superiormente através de Despacho nº 11120-A/2010, de 6 de Julho. Assim, para o ano lectivo 2010/2011 o calendário escolar no Agrupamento de Escolas de Tortosendo é o seguinte:

PERÍODOS	INÍCIO	TERMO
1.º	13 de Setembro	17 de Dezembro
2.º	3 de Janeiro	8 de Abril
3.º	26 de Abril	A partir de 9 de Junho, para o 9.º ano, e de 22 de Junho para os restantes anos de escolaridade. 5 de Julho para a Educação pré-escolar

INTERRUPÇÕES	DATAS
1. ^a	De 20 de Dezembro a 2 de Janeiro
2. ^a	De 7 de Março a 9 de Março
3. ^a	De 11 de Abril a 21 de Abril

5.2 Horário de Funcionamento

Horário de funcionamento das Escolas do Agrupamento

Os estabelecimentos de ensino que compõem o Agrupamento têm o seguinte horário de funcionamento:

Jardins de Infância

Jardim de Infância	Horário de funcionamento	C.A.F.
Os Loureiros	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	8h30 – 9h00 12h00-13h30 (almoço) 15h30 – 17h30
Ovo Mágico	9h00 – 12h00 13-00h – 15h00	12h00-13h00 (almoço) 15h00 – 17h30
Dominguiso	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	7h30-9h00 12h00-13h30 (almoço) 15h30-18h30 Centro S. Jesus, Maria, José
Vales do Rio	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	8H15 – 9H00 12h00-13h30 (almoço) 15H30 – 18h00
Peso	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	7h30 – 9h00 12h00-13h30 (almoço) 15h30 – 18h00
Coutada	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	8h30 – 9h00 12h00 – 13h30 (almoço) 15h30 – 17h30
Cortes do Meio	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	8h00-9h00 12h00-13h30 (almoço) 15h30-17H30 Centro Social Cortes do Meio

Escolas do 1º Ciclo

Escola	Horário de Funcionamento	A.E.C.	C.A.F.
Montes Hermínios	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 -17h30	8H00-9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00
Largo da Feira	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	8H00-9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00
Dominguiso	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	8h00 – 9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00
Vales do Rio	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	12h00- 13h30 17h30-18h00
Peso	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	7H30-9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00
Coutada	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	8H00-9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00
Cortes do Meio	9h00 – 12h00 13-30h – 15h30	15h45 – 17h30	8H00-9h00 12h00- 13h30 17h30-18h00

Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Tortosendo

Funciona em blocos de 90 minutos e/ou meios blocos de 45 minutos, com a seguinte mancha horária semanal:

Horário	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
08h40 – 09h25					
09h25 – 10h10					
10h30 – 11h15					
11h15 – 12h00					
12h00 – 12h50					
13h10 – 13h55					
14h00 – 14h45					
14h45 – 15h30					
15h40 – 16h25					
16h25 – 17h10					
17h15 - 18h00					

Libertaram-se as tardes de quarta-feira, a fim de se realizarem as reuniões, bem como para a prática do Desporto Escolar. No final do dia, considerou-se mais um tempo lectivo para a marcação de horas de Atendimento aos Encarregados de Educação e para, se necessário, a marcação de Aulas de Apoio.

5.3 Distribuição de Turmas por Sala

Foi decidido atribuir, sempre que possível, uma sala fixa a cada turma, exceptuando as disciplinas práticas na EB 2/3, que funcionam em salas específicas, tendo em conta as possíveis limitações motoras de alunos com NEE.

5.4 Atribuição de Cargos e Estudo Acompanhado

Compete a todos os elementos da comunidade educativa levar a bom porto e com sucesso as metas e linhas orientadoras de acção. Contudo são os titulares de cargos que devem coordenar e enquadrar as estratégias, comportamentos e contributos do dia-a-dia nos referentes do Projecto Educativo. Assim, nomeadamente, os titulares de cargos e os docentes responsáveis pelo Estudo Acompanhado devem, preferencialmente, observar algumas características, para além das previstas em lei aplicável, de perfil, tais como:

- Constituírem o Quadro de Nomeação Definitiva;
- Ter um bom domínio sobre os preceitos legais e regulamentos aplicáveis;
- Ter disponibilidade para o estudo interdisciplinar;
- Ter capacidade crítica e de iniciativa;
- Ter uma cultura diversificada (científica, literária, linguística, estatística, imprensa, administrativa, gestão, política e, se possível, empresarial)¹;
- Constituir-se como um exemplo vivo de Formação ao Longo da Vida e de valorização da Escola;
- Manifestar disponibilidade para o exercício das funções.

Dadas as funções inerentes ao cargo de Director de Turma, nomeadamente, as de coordenador do conselho de turma, gestor/coordenador do projecto curricular da turma, interlocutor/mediador privilegiado entre professores, alunos e encarregados de educação, deve reunir, para além das características mencionadas, as características que lhe permitam o exercício dessas funções.

5.5 Ocupação de Tempos Escolares

5.5.1 A ocupação plena dos alunos durante o seu horário lectivo nos 2º e 3º ciclos, na ausência prevista pelo docente, é assegurada, se for possível, por um docente do mesmo grupo de recrutamento do docente, que desenvolverá o plano de aula obrigatoriamente entregue à Direcção Executiva pelo docente ausente.

5.5.2 A ocupação plena dos alunos durante o seu horário lectivo no 2º e 3º ciclos, na situação de ausência imprevista do respectivo docente é assegurada, de acordo com o

¹ Este item pode ser verificado através de um simples inquérito que incida sobre aqueles parâmetros.

estipulado no nº 13 do Despacho nº 19117/2008, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 11120-B/2010, de 6 de Julho, por outro docente designado para o efeito, de acordo com o estipulado em reunião de Conselho Pedagógico de 12/10/2005:

1º - Professor da Turma e da área disciplinar;

2º - Professor da Turma;

3º - Professor do Ciclo e da Disciplina;

4º - Professor do Ciclo

5º - Outros

Nesta situação, devem ser desenvolvidas actividades educativas, tais como:

- Actividades em salas de estudo;
- Clubes temáticos;
- Actividades de uso de tecnologias de informação e comunicação;
- Leitura orientada;
- Pesquisa bibliográfica orientada;
- Actividades desportivas orientadas;
- Actividades oficiais, musicais e teatrais.

5.5.3 Preferencialmente, o docente que previsivelmente ou não, se encontre na situação de ausência deve esforçar-se no sentido de efectuar **PERMUTA** da actividade lectiva com outro docente da mesma turma, nas condições seguintes:

- a) Solicitar ao Director, através de documento próprio e com 24 horas de antecedência, a respectiva autorização de permuta;
- b) Dar conhecimento aos alunos, da permuta autorizada.

5.5.4 Em situações a serem analisadas caso a caso, pode o docente propor a **COMPENSAÇÃO** da actividade lectiva nas condições seguintes:

- a) Ser aceite pelos alunos a proposta de Compensação;
- b) Solicitar ao Director, através de documento próprio e com 24 horas de antecedência, a respectiva autorização.

5.6 Serviços Especializados de Educação Especial

Os Serviços Especializados de Educação Especial, adiante referidos como S.E.E.E, compõem uma estrutura especializada de educação especial integrada no Departamento de Expressões do Agrupamento.

5.6.1 – Finalidades:

- a) Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todos os alunos, promovendo a existência de respostas educativas diversificadas e adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;
- b) Promover a existência de condições no Agrupamento para a integração sócio-educativa dos alunos com necessidades educativas especiais (N.E.E.).
- c) Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente, nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde Escolar e à melhoria do ambiente educativo.
- d) Na prossecução das suas atribuições e no quadro do desenvolvimento do projecto educativo do Agrupamento, os S.E.E.E., asseguram a prestação de uma multiplicidade de apoios educativos nomeadamente:
 - Ao Agrupamento, no seu conjunto;
 - Aos professores;
 - Aos alunos;
 - Às famílias.

5.6.2 - Competências:

Os Serviços Especializados de Educação Especial (S.E.E.E.) é constituído pelos docentes Especializados em Educação Especial, competindo-lhes genericamente:

- a) Participar nas reuniões do Departamento de Expressões.
- b) Fazer-se representar no Conselho Pedagógico através do representante do grupo.
- c) Contribuir activamente para a diversificação de estratégias e métodos educativos de forma a promover o desenvolvimento e aprendizagem dos jovens;
- d) Colaborar na definição de programas interdisciplinares ou transdisciplinares, no âmbito do apoio e complementos educativos;
- e) Participar nos Conselhos de Professores Titulares de Turma/Conselhos de Turma onde existirem alunos com necessidades educativas especiais a fim de analisar/acompanhar a situação desses alunos;

- f) Colaborar com os órgãos de gestão e coordenação pedagógica do Agrupamento na detecção de alunos com necessidades educativas especiais e na organização e incremento dos apoios educativos adequados a esses alunos;
- g) Colaborar com os órgãos de gestão e coordenação pedagógica do Agrupamento, e de um modo geral com os professores, na gestão flexível dos currículos e na sua adequação às capacidades e interesses dos alunos, bem como às realidades locais;
- h) Incrementar as medidas previstas no Dec-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, relativas a alunos com necessidades educativas especiais;
- i) Apoiar os alunos e respectivos professores, no âmbito da sua área de especialidade;
- j) Articular as respostas a necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente na área da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e outras;
- k) Coordenar a articulação de todos os serviços e entidades que intervêm no processo de reabilitação dos alunos com necessidades educativas especiais.

5.6.3 - Constituição:

Docentes de educação especial;

5.6.3.1. Para desenvolvimento das suas acções ou projectos, os Serviços de Educação Especial colaboram com outras estruturas de orientação educativa podendo solicitar ainda a colaboração de outros serviços e instituições, designadamente, nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da solidariedade, da segurança social e da autarquia.

5.6.3.2 – Os S.E.E.E., são representados por um professor de Educação Especial com formação especializada, eleito de entre os docentes que o integram, exercendo o cargo em articulação com a adjunta do Director por ele designada.

5.7 Alunos com Necessidades Educativas Especiais

5.7.1 - Procedimentos de Referenciação e Avaliação

A referenciação dos alunos efectua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais.

A referenciação é feita aos órgãos de gestão das escolas, até ao final do 2º período lectivo, mediante o preenchimento de um documento onde se explicam as razões que levaram a referenciar o aluno.

5.7.2 - Processo de Avaliação

Referenciada a criança compete ao Director solicitar aos serviços de educação especial e ao serviço de psicologia e orientação um relatório técnico pedagógico apontando as razões que determinam as necessidades educativas do aluno.

Deste relatório devem constar a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino aprendizagem e das tecnologias de apoio de que o aluno deve beneficiar.

Do processo de avaliação devem constar ainda as propostas referidas nos pontos 2,3,4,5 e 6 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro.

5.7.3 - Elaboração do Programa Educativo Individual

Este programa depois de elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma no caso do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, director de turma no 2º e 3º ciclos e pelo docente de educação especial, encarregados de educação, serviços de psicologia e orientação ou outros, deve ser submetido à aprovação do conselho pedagógico e homologado pelo Director (ponto 1 e 2 do artigo 10º Decreto-Lei nº3/2008)

Após a sua homologação o programa educativo é posto em prática devendo ser revisto a qualquer momento e, obrigatoriamente, no final de cada nível de educação e ensino e no fim de cada ciclo do ensino básico. (ponto 1 do artigo 13º do Decreto-lei nº 3/2008)

5.8 Actividades de Apoio

O Apoio Educativo é um instrumento para o sucesso escolar e para a igualdade de oportunidades indispensável, em primeiro lugar, aos alunos com dificuldades especiais e, em segundo lugar, aos alunos que manifestam interesse e assiduidade às actividades ordinárias e que manifestamente necessitam de orientação e acompanhamento próprio para a operacionalização de competências gerais e específicas.

O apoio educativo no 1º ciclo é prestado pelo professor titular de turma na vertente de actividades de recuperação previstas no Despacho Normativo nº 50/2005, de 9 de Novembro ou pelo professor colocado através do Despacho nº 13599/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 11120-B, de 6 de Julho. Quando prestado pelo professor de apoio educativo deve ser preferencialmente dentro da sala de aula, como apoio efectivo a dificuldades de aprendizagem.

Nos 2º e 3º ciclos o apoio educativo reveste a forma de aulas de apoio pedagógico acrescido (APA), sempre que possível pelo professor da disciplina ou realizado pelos diferentes professores e resultantes da distribuição do serviço docente (aplicação dos despacho nº 13599/2006, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 11120-B/2010, de 6 de Julho, e artigo 79º do ECD).

As actividades de Apoio Educativo são geralmente propostas pelos professores titulares de turma ou das disciplinas nas quais o aluno com dificuldades de aprendizagem revela maiores carências e é considerado um meio eficaz para que, em contexto mais favorável, se realizem as aprendizagens e se desenvolvam as competências necessárias.

Trata-se de um apoio individualizado ou realizado em pequenos grupos. O professor do apoio elabora periodicamente um relatório que informa o professor da disciplina/turma, se não for ele mesmo, e o Conselho de Turma do desempenho do aluno nesta actividade.

5.9 Actividades de Enriquecimento Curricular

No sentido de esbater as fronteiras culturais e, assim, para a construção de uma cultura abrangente e de sucesso, a Escola procurará a criação / continuidade de Centros de Interesse Diversificados: Bibliotecas, Clubes e Actividades Desportivas de ocupação de tempos livres e de lazer, debates, jornadas, visitas de estudo, etc.. As actividades de enriquecimento devem também despertar e mobilizar saberes para a análise e resolução de situações problemáticas nos vários domínios da vida.

Estas actividades, de carácter lúdico e cultural, são de escolha facultativa, e integram o currículo dos alunos que nelas estão envolvidos.

6. AVALIAÇÃO

6.1 Enquadramento Legal

O Quadro Legal em que se baseia a avaliação assenta no Decreto-Lei n.º6/2001, de 18 de Janeiro; no Despacho Normativo n.º1/2005, de 5 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos Despacho normativo nº 6/2010, de 19 de Fevereiro

6.2 Princípios

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa e deve basear-se num conjunto de princípios, tais como:

- **consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas**
 - Clarificando as competências que os alunos devem desenvolver;
 - Dando a conhecer aos alunos o que se pretende com cada conteúdo em termos de aprendizagens;
 - Utilizando instrumentos de avaliação diversificados;
 - Dando atenção especial ao percurso e evolução do aluno.
- **carácter essencialmente formativo da avaliação**
 - Realçando o carácter positivo da avaliação formativa;
 - Tomando como base os interesses e aptidões dos alunos;
 - Evidenciando os aspectos em que as aprendizagens dos alunos devem ser melhoradas;
 - Apontando os modos de superar as dificuldades;
 - Valorizando a auto-avaliação regulada.
- **valorização da evolução do aluno em cada ano, ao longo de cada ciclo**
- **transparência do processo de avaliação**
 - Clarificando e explicitando os critérios adoptados;
 - Informando e esclarecendo os alunos sobre as aprendizagens que deve realizar, bem como sobre os processos de avaliação;
 - Facilitando o acesso aos Encarregados de Educação de toda a informação sobre os critérios e modalidades de avaliação, bem como sobre as aprendizagens significativas que os alunos devem realizar e sobre as quais irá incidir a avaliação;

- Envolvendo, de modo apropriado e em tempo oportuno, os alunos e Encarregados de Educação em todos os aspectos da aprendizagem que se consideram essenciais, bem como nos processos de avaliação, conforme estipulado no Regulamento Interno.

6.3 Intervenientes na Avaliação

Intervêm no processo de avaliação:

- O professor;
- O aluno;
- O Conselho de Turma;
- Os Órgãos de Gestão do Agrupamento;
- O encarregado de educação;
- Os serviços especializados de ensino especial e apoio educativo;
- A administração educativa.

6.4 Processo Individual do Aluno e Elementos de Avaliação

O percurso individual do aluno deve ser documentado de forma sistemática no processo individual, que o acompanha ao longo de todo o ensino básico. No processo individual devem constar:

- Os registos de avaliação;
- Relatórios médicos e ou de avaliação psicológica, quando existam;
- Uma auto-avaliação do aluno, no final de cada ano, de acordo com os critérios definidos pelo estabelecimento de ensino.
- Outros documentos julgados de interesse

6.5 Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação devem reflectir os domínios dos conhecimentos, das competências e das atitudes/valores de que fazem parte o respeito e o cumprimento do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno do Ensino do Ensino não Superior aprovado

pela Lei n.º30/2002, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39/2010, de 2 de Setembro.

Os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade são definidos pelo conselho pedagógico do agrupamento no início do ano lectivo, sob proposta dos departamentos curriculares e conselho de directores de turma.

O órgão de direcção executiva do agrupamento deve garantir a divulgação dos critérios junto dos diversos intervenientes, nomeadamente alunos e encarregados de educação. A divulgação dos critérios de avaliação das disciplinas far-se-á na primeira reunião com os Encarregados de Educação, ficando na posse do D.T./ docente o destacável, comprovativo da tomada de conhecimentos dos critérios por parte daqueles. O destacável constitui um documento que o D.T./docente deve manter em sua posse, pelo menos, até ao décimo dia útil a contar da data de afixação das pautas de avaliação do 3.º período.

6.5.1 Critérios Gerais de Avaliação por Ciclo de Ensino

Ciclo de Ensino	Competências e Saberes	Atitudes e Valores
1º Ciclo	80 %	20 %
2º Ciclo	80 %	20 %
3º Ciclo	80 %	20 %

Nota: Em E.M.R.C. o peso das Competências e Saberes é de 20% e nas Atitudes e Valores é de 80%

6.5.2 Critérios de Avaliação por Áreas Curriculares, Grupo/Disciplina

6.5.2.1 - 1º Ciclo

Peso Atribuído	ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES	DOMÍNIOS SOCIO-AFECTIVOS
80%	<p><i>Língua Portuguesa</i></p> <p>Domínio:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Leitura ➤ Expressão Oral ➤ Expressão Escrita ➤ Funcionamento da Língua 	Comportamento
	<p><i>Matemática</i></p> <p>Domínio:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Números e numeração ➤ Memorização / assimilação ➤ Cálculo mental ➤ Técnicas das operações aritméticas ➤ Capacidade de raciocínio ➤ Resolução de problemas ➤ Grandezas e medidas 	Responsabilidade
	<p><i>Estudo do Meio</i></p> <p>Conhecimento das noções básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Da sua identidade ➤ Do seu corpo ➤ Do seu meio ambiente ➤ Dos aspectos geográficos e físicos ➤ Dos objectos e materiais 	Empenho
	<p><i>Expressões</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenação de movimentos ➤ Manipulação de objectos ➤ Destreza de movimentos ➤ Domínio de técnicas orientação espacial ➤ Produção de trabalhos 	Participação
	ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Organização
	<p><i>Formação Cívica</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reflexão sobre temas propostos <p><i>Estudo Acompanhado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aquisição de técnicas de estudo <p><i>Área Projecto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção de trabalhos ➤ Organização no trabalho 	Cooperação
		Sociabilidade
		Interesse
		Assiduidade
		Pontualidade
		Cumprimento de regras
		<div> Peso Atribuído: 20 % </div>
NOTA: À excepção do 1º ano, não poderão transitar os alunos que registem avaliação negativa, simultaneamente, a Língua Portuguesa e Matemática.		

6.5.2.2 – 2º e 3º Ciclos

2º Ciclo

	Competências e Saberes						Atitudes e Valores					
	80%						20%					
DISCIPLINAS	Testes	Oralidade		Participação/ Performance	Trabalhos / fichas	Leitura Outros	Assiduidade /Pontualidad	Empenho/ Responsabilidade	Comportamento	Criatividade/ Cooperação	Autonomia	C. Diário / Trabalhos
História e Geog. Portugal	65	15						20				
EMRC	20						80					
Ed. Física	20	60 (performance)					20					
E.V.T.	80						4	6	4	6		
Ed. Musical	80						10		10			
Mat/ Ciências	70				10		2	3	10			3+2
L. Portuguesa 2º	50	20				10		5	5			10
Inglês 2º	50	30					5		10			5
Formação Cívica								20+20	20	20	20	
Área de Projecto	80						20					
Estudo Acomp.												

3º Ciclo

	Competências e Saberes						Atitudes e Valores					
	80%						20%					
DISCIPLINAS	Testes	Oralidade		Participação/ Performance	Trabalhos / fichas	Leitura Outros	Assiduidade /Pontualidad	Empenho/ Responsabilidade	Comportamento	Criatividade/ Cooperação	Autonomia	C. Diário / Trabalhos
História	50	5			20+5		20					
Geografia	60	20						8	6	6		
EMRC	20						80					
Ed. Física	20	60 (performance)					20					
Ed. Visual	40 (técnicas) + 40 (processos)						20					
Ed. Tecnológica	30		50				20					
Ed. Musical	80						10		10			
TIC 9º Ano	60				20					10+10		
Ciências (520)	65			5	10		10			10		
Físico-Química	70				10		2	8	6			4
Matemática (500)	80						2	4	6			8
L. Portuguesa 3º	70	10					10		5	2,5	2,5	
Espanhol	65	2,5			10	2,5	2	4	4	4	4	2
Inglês 3º	50	30					10					10
Francês 3º	60	20					7		7		6	
Formação Cívica								20+20	20	20	20	
Área de Projecto	80						20					
Estudo Acomp.												

6.6 Modalidades

As modalidades de avaliação são três:

- avaliação diagnóstica;
- avaliação formativa;
- avaliação sumativa:
 - avaliação sumativa interna;
 - avaliação sumativa externa no 9.º ano de escolaridade.

A definição das modalidades de avaliação encontra-se no Despacho Normativo n.º1/2005, de 5 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos Despacho normativo nº 6/2010, de 19 de Fevereiro.

A avaliação sumativa deve servir de base à reanálise do projecto curricular de turma, com vista à introdução de eventuais reajustamentos ou apresentação de propostas para o ano lectivo seguinte.

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade dos docentes que integram o conselho de turma, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

A avaliação sumativa interna tem como finalidades:

- Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e área disciplinar;
- Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação sumativa interna utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se, em todos os momentos de avaliação, na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências desenvolvidas pelos alunos. Isto é, o juízo globalizante da avaliação sumativa interna operacionaliza-se com a aplicação dos critérios de avaliação de cada disciplina sobre o peso relativo dos conteúdos e aplicações tratados.

A avaliação sumativa interna, no 3.º ciclo, das disciplinas de Educação Tecnológica e Educação Musical processa-se em simultâneo uma vez que estão organizadas equitativamente em cada período lectivo.

A avaliação sumativa interna expressa-se:

1. No 1º ciclo, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares e numa menção qualitativa de **Não Satisfaz**, **Satisfaz** e **Satisfaz bem**, nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.
2. Os domínios **Sócio-Afectivos** são transversais e como tal serão avaliados no decurso das actividades promovidas não sendo necessário, por isso, existirem momentos específicos para a sua avaliação.

No momento de decisão de transição dos alunos ter-se-á em linha de conta o peso atribuído a cada uma das Áreas Curriculares e aos Domínios Sócio-Afectivos.

3. Nos 2º e 3º ciclos, a informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se:
 - numa classificação de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;
 - numa menção qualitativa de **Não Satisfaz**, **Satisfaz** e **Satisfaz bem**, nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;

Compete ao Director de Turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência do conselho de turma sob proposta do(s) professor(es) de cada disciplina/área disciplinar/área curricular não disciplinar.

6.7 Efeitos da Avaliação

6.7.1 Efeitos da Avaliação Formativa

A avaliação formativa gera medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver.

6.7.2 Efeitos da Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respectivamente, de **Transitou** ou **Não**

transitou, no final de cada ano, e de **Aprovado(a)** ou **Não aprovado(a)**, no final de cada ciclo.

A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:

- Nos anos terminais de ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se, no caso do 9.º ano de escolaridade o efeito da avaliação sumativa externa e a verificação das condições de admissão aos exames nacionais do 9.º ano;
- Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo.

Nos anos não terminais de ciclo, e no âmbito da avaliação sumativa, o conselho de turma considera, salvo os casos em que o conselho conclui que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo, que o aluno não desenvolveu as competências essenciais, quando este:

- Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de **Não satisfaz** na área de projecto, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No final do 2.º ciclo, e no âmbito da avaliação sumativa, o conselho de turma pode decidir, desde que por unanimidade, a progressão de um aluno que não desenvolveu as competências essenciais, quando este:

- Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de **Não satisfaz** na área de projecto, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No final do 3.º ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de **Não aprovado(a)** se estiver numa das seguintes situações:

- Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de **Não satisfaz** na área de projecto.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

Nos 2.º e 3.º ciclos, tanto em anos terminais de ciclo, como em anos não terminais, a retenção traduz-se na repetição de todas as áreas e disciplinas do ano em que o aluno ficou retido.

Em situação de retenção, compete ao conselho de turma elaborar um relatório analítico que identifique as competências não adquiridas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano lectivo subsequente.

Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção no mesmo ciclo, à excepção do 9.º ano de escolaridade, deve ser envolvido o competente conselho pedagógico e ouvido o encarregado de educação do aluno, nos termos do regulamento interno.

6.8 Revisão dos Resultados da Avaliação

As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano lectivo podem ser objecto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respectivo encarregado de educação ao órgão de direcção do agrupamento no prazo de três dias úteis a contar da data de afixação das pautas.

O conselho de turma, procede, no prazo de cinco dias úteis após a recepção do pedido de revisão, à análise do mesmo, com base em todos os documentos relevantes para o efeito, e toma uma decisão que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial.

O conselho pedagógico no prazo de cinco dias úteis procede à decisão final sobre a decisão tomada pelo conselho de turma.

7. PROJECTOS CURRICULARES

7.1 PROJECTOS CURRICULARES DE ESCOLA

Em conformidade com o previsto na Linha Orientadora de Acção 21, Meta 1, do Projecto Educativo, os Projectos Curriculares de Escola integram as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-los ao contexto do agrupamento tendo em conta as metas e as linhas orientadoras de acção do projecto educativo. Assim a sua estrutura deverá ser:

1. - Quem Somos

1.1 – Caracterização do meio envolvente à Escola

1.2 – Caracterização da Escola

1.3 – Caracterização dos alunos

1.4 – Caracterização dos Professores

1.5 – Caracterização dos restantes actores da Comunidade Educativa
(A.A.E., Encarregados de Educação, Autarquia, ...)

1.6 – Caracterização dos problemas detectados

2. – Que Escola queremos ?

2.1 – Fundamentação

2.2 – Definir domínios e áreas de intervenção

2.3 – Opções / prioridades curriculares (áreas, temas...)

3. - Como Fazer ?

3.1 – Inclusão dos projectos de Escola (quer a nível curricular, quer a nível não curricular)

3.2 – Plano Anual de Actividades

4. – Como Avaliar ?

4.1 – Definição das competências essenciais para o Ciclo

4.2 - Definição das competências essenciais para cada ano de escolaridade

4.3 – Formas e momentos de avaliação ao longo do ano lectivo

4.4 – Critérios da avaliação

5 – Regimento Interno

5.1 – Calendário Escolar

5.2 – Horários do Estabelecimento de Ensino (Actividades lectivas / Apoio ao Estudo / Actividades de Enriquecimento Curricular / Componente de Apoio à Família / Outras Actividades / Recreios – Vigilância / Refeições, ...)

5.3 – Organização do Pessoal Docente e Não Docente – Horários

5.4 – Organização e utilização de recursos e espaços

5.5 – Outros Regimentos Internos (Actividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família, BE/CRE, Cantinas, ...)

5.6 – Critérios de Actuação

6 – Direitos e Deveres

(Professores, Alunos, A.A.E., Encarregados de Educação, Outros Técnicos,...)

7.2 PROJECTOS CURRICULARES DE TURMA

O PCT tem por referência o Projecto Curricular de Agrupamento e é feito para responder às especificidades da turma e para permitir o nível de articulação (horizontal e vertical) entre áreas disciplinares e conteúdos. O PCT está enquadrado pelo Decreto-Lei n.º6/2001, de 18 de Janeiro.

7.2.1 Objectivos do PCT

Podemos enumerar os seguintes objectivos:

- Promover o trabalho em equipa dos professores;
- Centrar a acção educativa na aprendizagem dos alunos;
- Promover a coordenação do processo de ensino;

- Estabelecer uma linha de actuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua acção perante os alunos;
- Facilitar a articulação horizontal dos conteúdos de ensino e a integração dos saberes;
- Adequar as estratégias do ensino às características, motivações e interesses dos alunos;
- Incentivar o envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar dos educandos.

7.2.2 Estrutura do PCT

7.2.2.1 - 1º Ciclo

I. Turma

1. Perfil da Turma

Identificação dos Problemas e Prioridades

2. Relação Escola / Família (metodologias de envolvimento da família no PCT; ...)

II. Projectos / Conteúdos / Actividades

III. Currículo

1. Estratégia Educativa Global para a Turma.
2. Planificações (Anual e por Período)
3. Planificações das Aulas Assistidas (incluindo as fichas e materiais utilizados)

IV. Avaliação

1. Critérios de Avaliação (os que foram definidos para o Agrupamento)
2. Formas de Avaliação (como vai fazer a avaliação diagnóstica, formativa, sumativa / remediação).
3. Fichas de Avaliação (cópias das fichas de avaliação e remediação dadas aos alunos).
4. Resultados da Avaliação (fichas de registo da avaliação; grelhas de observação; grelhas de resultados; resultados das provas de aferição...)

V. Desenvolvimento Profissional

1. Formação Contínua (Acções realizadas ou a decorrer)
2. ... (trabalhos de investigação; publicações, ...)

- VI. **Reflexão Final** (relatório final sobre a actividade realizada, os objectivos alcançados, os motivos do incumprimento de determinado objectivo, ...)

7.2.2.2 - 2º e 3º Ciclos

Em conformidade com o previsto na Linha Orientadora de Acção 21, Meta 1, do Projecto Educativo, a estrutura dos Projectos Curriculares de Turma deve ser a seguinte:

- Introdução
- Objectivos
- Caracterização da Turma
- Priorização de problemas
- Plano de Acção
 - Plano Curricular, Estratégias curriculares e Dinâmicas de Acompanhamento
 - Matrizes de Competências Gerais e Específicas correspondentes, por disciplina
 - Matrizes de Operacionalização de Competências Gerais e Específicas correspondentes, por disciplina
 - Matrizes de Temas/Conteúdos e Áreas Interdisciplinares, por disciplina
 - Referenciais de contribuição dos Temas/Conteúdos para a formação dos eixos Interdisciplinaridade e Inclusividade, por disciplina
 - Roteiros de Temas/Conteúdos, por disciplina
 - Matrizes de Pesos Relativos dos Temas, por Disciplina
 - Critérios de Avaliação e sua definição, por disciplina
 - Outras Actividades
- Avaliação do PCT

7.2.3 Cronograma do PCT

Atendendo à natureza dinâmica do PCT, aponta-se o final de Novembro do ano lectivo para a operacionalização dos PCT iniciais, de modo a produzirem efeitos durante o ano lectivo.

7.2.4 Avaliação da Implementação do Projecto Curricular de Turma

O Conselho de Turma reunirá no fim de cada período e sempre que necessário para avaliar a adequação e o desenvolvimento do Projecto de Turma. De cada avaliação deverá sair um relatório elaborado pelo Conselho de Turma.

A avaliação da área curricular de Formação Cívica deverá ser realizada periodicamente, através do preenchimento de uma grelha de acompanhamento, a elaborar em conselho de Directores de Turma.

Os relatórios provenientes dos Conselhos de Turma e as grelhas de avaliação da área curricular de Formação Cívica serão, no final de cada período, objecto de avaliação realizada pelo Coordenador dos Directores de Turma, para posterior apresentação em Conselho Pedagógico.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

A avaliação do Projecto Curricular de Agrupamento deve ser um processo contínuo de modo a permitir uma adequada flexibilização. Assim, a avaliação do projecto deve ser feita sempre que as circunstâncias o aconselharem, sem prejuízo de o ser obrigatoriamente no fim do ano lectivo.

Para acompanhar a implementação deste Projecto Curricular, propõe-se a constituição de uma equipa, a definir pelo Conselho Pedagógico, que deverá incluir, entre outros elementos, os Coordenadores dos Directores de Turma.

Como mecanismos de avaliação / verificação / controlo do processo e dos resultados, propõe-se o recurso aos seguintes instrumentos:

- Relatórios anuais dos Directores de Turma, dos Coordenadores de Ciclos, dos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, dos Coordenadores dos Clubes e dos Projectos;
- Análise dos resultados da avaliação dos alunos.

9. BIBLIOGRAFIA

ME, “Despacho nº 17860/2007, de 13 de Agosto”

ME, “Despacho nº 16149/2007, de 25 de Julho”

ME, “Despacho nº 12591/2006, de 16 de Junho”

ME, “Despacho Normativo n.º1/2005, de 5 de Janeiro”

ME, “Decreto Lei nº 6/ 2001, 18 de Janeiro”

ME, “Decreto-Lei nº 115- A/98, de 4 de Maio, complementado pela lei nº 24/99, de 22 de Abril - Regime de autonomia, administração e gestão das escolas”

ME, “Despacho nº 13781/2001 (2ª série)”

DEB, “ Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais”, Setembro de 2001

DEB, “ Ensino Básico, Competências Gerais e Transversais”, Internet 2002

AR, “Lei n.º30/2002, de 20 de Dezembro”

Princípios da Reorganização Curricular, Livro do Professor, Edições Asa, 2001

BROWN, Sally, RACE, Phil e SMITH, Brenda, “ Guia da Avaliação”. Editorial Presença, Outubro de 2001

COSME, Ariane e TRINDADE, Rui,” Área de Projecto, Percursos com sentidos”. Edições Asa, 2001

COSME, Ariane e TRINDADE, Rui, “Área de Estudo Acompanhado”. Edições Asa, 2001

FELIZARDO, Diana, “Área de Projecto”. Porto Editora, 2001

FONSECA, António, “Educar para a Cidadania”. Porto Editora, 2001

LEITE, Carlinda; GOMES, Lúcia e FERNANDES, Preciosa, “ Projectos Curriculares de Escola e de Turma”. Edições Asa, 2001

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO TORTOSENDO, “Projecto Educativo de Agrupamento, Triénio 2005/06 – 2007/2008”.